



**EDITAL**

**PARTE A**

**LICITAÇÃO Nº 003/PREF/2023**  
**PROCESSO N.º 8567/2021**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**  
**JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$3.968.566,50 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)**

**ORIGEM DOS RECURSOS: 0084**  
**PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.2036 -12.01.12.364.0029.2037**  
**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00**  
**SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 01 DE MARÇO DE 2023 ÀS 10 HS**

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 01 DE MARÇO DE 2023 ÀS 10 HS.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO.**

**DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico [cplpmpparacambi@gmail.com](mailto:cplpmpparacambi@gmail.com).

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: [cplpmpparacambi@gmail.com](mailto:cplpmpparacambi@gmail.com)

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES**

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz** designados pela Portaria nº **236/2022 de 16 de Agosto de 2022** torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **003/PREF/2023** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

### 1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia **01 DE MARÇO DE 2023 ÀS 10 HS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no dia **01 DE MARÇO DE 2023 ÀS 10 HS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E ESPORTE.

### 2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO.** Descritos e especificados no **ANEXO 6 – Termo de Referência**.

### 3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$3.968.566,50 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme Anexo 1.1 deste edital.

### 4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua : Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos



envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

## 5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

## 6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.



6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

## **7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

**ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS**  
**LICITAÇÃO N.º**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Apresentação do envelope de documentação:

**ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO N.º**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

## **8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1 - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:



- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- a) não estejam devidamente assinadas;
- b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;



- c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- d) apresente preço manifestamente inexequível;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os do mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.





9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

## **10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.



10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor **Global** da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

## 11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);





b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por



índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG  $\geq$  1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG  $\geq$  1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC  $\geq$  1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

#### 11.2.4 – Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

**b) Atestado de visita técnica assinado pelo servidor responsável pela Unidade Vistoriada nos termos do Anexo VIII deste Edital ou Declaração de declínio de vistoria devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante (APRESENTAR NO ATO DO CREDENCIAMENTO);**

#### 11.2.5 - VISITA TÉCNICA

a - Serão realizadas visitas técnicas nos locais onde serão executados os serviços, por representante da empresa licitante, na data constante nas observações do edital, com encontro na Secretaria de Educação e Esportes. Será



nomeado um servidor que acompanhará os licitantes durante a visita e, ao final, será expedido o atestado de participação da visita técnica, sendo uma via entregue ao Pregoeiro (a) e outra à Empresa.

b - O representante da empresa referido acima, deverá comparecer munido de documento de identificação e de declaração da empresa indicando-o e/ou autorizando-o para realizar a visita e deverá ser agendada **até 48h** anterior a data da realização do Certame Licitatório junto a Secretaria de Educação e Esportes através do **tel: 021 2683-2853**.

c- Caso a visita seja realizada por sócio/proprietário da empresa, esta condição deverá ser comprovada através de cópia autenticada do contrato social.

d- A ausência do atestado de visita técnica, ou o não recebimento do mesmo pelo Pregoeiro (a), ocasionará a desclassificação da licitante no momento da abertura do certame.

11.2.6 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.7 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

## **12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.



12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

### **13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **14 - DO RECEBIMENTO**

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

### **15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1 - O prazo para o fornecimento do objeto será de até **10 (dez) meses**, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, e nos termos dos artigos 57 e 65 Lei 8.666/1993.

### **16 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

16.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assinar o contrato.



16.2 - O não comparecimento no prazo no item anterior acarretará a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.3 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.5 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## **17 - DA FISCALIZAÇÃO**

17.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

17.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

## **18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

18.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

18.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado





pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## 19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

## 20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

20.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

20.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

20.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e serão acrescido de 0,33% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre parcela de vida.

20.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

## 21 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$3.968.566,50 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

21.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IGPM** (índice de reajuste).

21.3. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº8.666/93.



## 22 - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

## 23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

23.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

23.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

23.10 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de **2021**, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00.00.00.00

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 12.01.12.361.0029.2036 – 12.01.12.364.0029.2037

**ORIGEM DE RECURSO:** IMPOSTOS / SALÁRIO EDUCAÇÃO

23.10.1 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

23.11 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Paracambi, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA**

**LICITAÇÃO Nº \_\_\_\_/CPL/20----**  
**PROCESSO N.º 8567/2021**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**  
**JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO.**

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**EMAIL:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

**CONTA BANCÁRIA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
TRECHO 1	Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro - Horário de 07h20min as 17h10min - Período: De 2ª a 6ª feira – Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 2	Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem - 07h30min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 30 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 20 Km por viagem/ 60 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 03. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 3	Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem; Garagem Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Copê x Nicola Salzano; Nicola Salzano x Garagem; Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Nicola Salzano; Nicola x Est. Lages x Praça do Miro x Amapa x Garagem - 07h50min as 17h30min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
	Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi - 05h40min as 15h00min Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 95 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 95 Km por viagem/ 190 Km diário	MENSAL	10		



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TRECHO 4	– Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.				
TRECHO 5	Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi - 17h40min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 65 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 6	Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 90 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 90 Km por viagem/ 180 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 7	Paracambi x Vassouras, Vassouras x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 40 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 45 Km por viagem/ 90 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 8	Passeios Pedagógicos para fora do Município (Museus, Teatros, Planetários, Bial do Livro etc). Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 16.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	UNID.	90		
TRECHO 9	Passeios Pedagógicos para dentro do Município. Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 3.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	UNID.	30		
TRECHO 10	Secretaria de Educação x Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 11	Secretaria de Educação x Mario Belo, Mario Belo x Secretaria de Educação x Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 12	Secretaria de Educação x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x Secretaria de Educação, Secretaria de Educação x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, Secretaria de Educação x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Secretaria de Educação x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x Secretaria de Educação (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10		





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TRECHO 13	Secretaria de Educação x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 14	Secretaria de Educação x Km9 x Guarajuba, Guarajuba x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Guarajuba, Guarajuba x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com até 15 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 15	Secretaria de Educação x Cascata x Fábrica, Fábrica x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Fábrica, Fábrica x Cascata (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com até 15 lugares.	MENSAL	10		
TRECHO 16	Secretaria de Educação x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 05h00min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com no mínimo 04 lugares.	MENSAL	10		

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 10 MESES.**

**DATA:**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS.**

**Carimbo de CNPJ**

**Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado**

OBS: DEVERÁ SER JUNTADA PLANILHA DE CUSTOS DISCRIMINADA, DEMOSTRANDO A COMPOSIÇÃO DO PREÇOS APRESENTADOS COM RELAÇÃO A TODOS OS ENCARGOS/DESPESAS QUE ENVOLVEM OS SERVIÇOS, INCLUSIVE MÃO DE OBRA.

**ANEXO 1.1**  
**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
	Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra; Terra x Posto x	MENSAL	10	39.566,67	395.666,70



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TRECHO 1	Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro - Horário de 07h20min as 17h10min - Período: De 2ª a 6ª feira – Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.				
TRECHO 2	Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem - 07h30min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 30 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 20 Km por viagem/ 60 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 03. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	35.600,00	356.000,00
TRECHO 3	Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem; Garagem Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Copê x Nicola Salzano; Nicola Salzano x Garagem; Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Nicola Salzano; Nicola x Est. Lages x Praça do Miro x Amapa x Garagem - 07h50min as 17h30min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	39.966,67	399.666,70
TRECHO 4	Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi - 05h40min as 15h00min Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 95 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 95 Km por viagem/ 190 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	48.100,00	481.000,00
TRECHO 5	Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi - 17h40min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 65 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	45.333,33	453.333,30
TRECHO 6	Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 90 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 90 Km por viagem/ 180 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	47.333,33	473.333,30
TRECHO 7	Paracambi x Vassouras, Vassouras x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 40 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 45 Km por viagem/ 90 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	MENSAL	10	44.466,67	444.666,70
TRECHO 8	Passeios Pedagógicos para fora do Município (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro etc). Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 16.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	UNID.	90	2.960,00	266.400,00



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TRECHO 9	Passeios Pedagógicos para dentro do Município. Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 3.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	UNID.	30	1.483,33	44.499,90
TRECHO 10	Secretaria de Educação x Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10	6.633,33	66.333,30
TRECHO 11	Secretaria de Educação x Mario Belo, Mario Belo x Secretaria de Educação x Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10	6.633,33	66.333,30
TRECHO 12	Secretaria de Educação x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x Secretaria de Educação, Secretaria de Educação x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, Secretaria de Educação x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Secretaria de Educação x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x Secretaria de Educação (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10	6.633,33	66.333,30
TRECHO 13	Secretaria de Educação x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	MENSAL	10	6.633,33	66.333,30
TRECHO 14	Secretaria de Educação x Km9 x Guarajuba, Guarajuba x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Guarajuba, Guarajuba x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com até 15 lugares.	MENSAL	10	16.000,00	160.000,00
TRECHO 15	Secretaria de Educação x Cascata x Fábrica, Fábrica x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Fábrica, Fábrica x Cascata (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com até 15 lugares.	MENSAL	10	16.000,00	160.000,00



TRECHO 16	Secretaria de Educação x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 05h00min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira. Veículo: Urbano com no mínimo 04 lugares.	MENSAL	10	6.866,67	68.666,70
--------------	--	--------	----	----------	-----------

**PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO - CGM**

**ANEXO 2**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_/CPL/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

### **ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Razão Social:** .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº     **/CPL/**     nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não





emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;

- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

#### **ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

À  
Comissão Permanente de Licitação

Ref.:PREGÃO PRESENCIAL Nº     **/CPL/ 2023.**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência,



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

**ANEXO 5**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO Nº \_\_\_\_/CPL/2023.

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as



penas da Lei, que é \_\_\_\_\_(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

## ANEXO 6

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1- OBJETO

Contratação de empresa especializada em locação de veículos, onde o contratado será o responsável pela manutenção dos veículos, despesa com combustíveis e pagamentos dos funcionários envolvidos no serviço, para atender a Secretaria Municipal de Educação no transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino e os estudantes de universidades fora do município de Paracambi, que atualmente fazem parte do Projeto Profissionais do Futuro.



## 2- JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

O serviço de locação destes veículos é imprescindível para a locomoção dos alunos da Rede Municipal de Ensino, pois os veículos pertencentes ao Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação são insuficientes para atender toda a demanda de alunos da Rede. Para este serviço, também será ofertado o transporte para os Universitários que fazem parte do Projeto Profissionais do Futuro e as demandas das Unidades Escolares para viagens dos alunos a Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro, entre outras, que são frequentes e devidamente agendadas durante os meses.

Com base na LDO, esta requisição compõe a necessidade de implementação do programa Municipal de Transporte Escolar e do Programa de Aquisição e Fornecimento de Passagens Intermunicipais. Além disso, de acordo com o Plano Plurianual 2022-2025 esses Programas objetivam atender às necessidades dos alunos da rede municipal de ensino e estudantes universitários que residem no município, visando proporcionar o pleno desenvolvimento destes.

## 3- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Termo de Referência é um instrumento usado na modalidade pregão, seja na forma presencial ou eletrônica; nas outras modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 (concorrência, tomada de preço, convite), o documento equivale ao projeto básico.

## 4- ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
Trecho 01	Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro - Horário de 07h20min as 17h10min - Período: De 2ª a 6ª feira – Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 02	Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem - 07h30min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 30 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 20 Km por viagem/ 60 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 03. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 03	Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem; Garagem Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Copê x Nicola Salzano; Nicola Salzano x Garagem; Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Nicola Salzano; Nicola x Est. Lages x Praça do Miro x Amapa x Garagem - 07h50min as 17h30min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 26 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: 05 . Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 04	Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi - 05h40min as 15h00min Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 95 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 95 Km por viagem/ 190 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 05	Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi - 17h40min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 65 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 65 Km por viagem/ 130 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 06	Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 90 litros de diesel diário - Percurso aproximado: 90 Km por viagem/ 180 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.	Mensal	10
Trecho 07	Paracambi x Vassouras, Vassouras x Paracambi - 17h00min as 00h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Consumo: 40 litros de diesel diário - Percurso	Mensal	10



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	aproximado: 45 Km por viagem/ 90 Km diário – Quant. de Viagens aprox.: ida e volta. Veículo: Urbano com no mínimo 44 lugares.		
<b>Trecho 08</b>	Passeios Pedagógicos para fora do Município (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro etc). Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 16.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	Unidade	90
<b>Trecho 09</b>	Passeios Pedagógicos para dentro do Município. Período: Agendados pela Secretaria com os dias e horários combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada. Percurso aproximado de 3.000 Km por período contratado. Veículo: Executivo Turismo com no mínimo 46 lugares.	Unidade	30
<b>Trecho 10</b>	Secretaria de Educação x Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 115 Km diário</b> . Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 11</b>	Secretaria de Educação x Mario Belo, Mario Belo x Secretaria de Educação x Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 50 Km diário</b> . Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 12</b>	Secretaria de Educação x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x Secretaria de Educação, Secretaria de Educação x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, Secretaria de Educação x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Secretaria de Educação x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x Secretaria de Educação (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 95 Km diário</b> . Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 13</b>	Secretaria de Educação x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 46 Km diário</b> . Veículo: Urbano com Kit GNV de no mínimo 08 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 14</b>	Secretaria de Educação x Km9 x Guarajuba, Guarajuba x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Guarajuba, Guarajuba x Km9 (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 35 Km diário</b> . Veículo: Urbano com até 15 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 15</b>	Secretaria de Educação x Cascata x Fábrica, Fábrica x Nicola Salzano, Nicola Salzano x Fábrica, Fábrica x Cascata (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 06h30min as 23h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 10 Km diário</b> . Veículo: Urbano com até 15 lugares.	Mensal	10
<b>Trecho 16</b>	Secretaria de Educação x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno (Veículo poderá ser utilizado em outras atividades, de acordo com a necessidade) - 05h00min as 17h00min - Período: De 2ª a 6ª feira - <b>Percurso aproximado: 185 Km diário</b> . Veículo: Urbano com no mínimo 04 lugares.	Mensal	10

## 5- PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 A contratação terá vigência pelo período de 10 (dez) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração. O pagamento será realizado de acordo com o serviço prestado dentro do mês.





## 6- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com as necessidades da contratante e as especificações contidas neste Termo de Referência.

6.2 A CONTRATANTE poderá, durante o período de vigência do contrato, suspender o fornecimento do serviço em alguns trechos, em virtude de férias ou recessos escolares ou outras alternativas disponibilizadas pelo Município que possam decrescer a demanda.

6.3 Na hipótese da suspensão do fornecimento em alguma(s) unidade(s) por necessidade da CONTRATANTE, conforme disposto no item 2.3, o valor mensal do serviço deverá ser reduzido de forma proporcional ao número de escolas que tiveram o serviço suspenso, no mês subsequente àquele em que ocorrer tal suspensão.

## 7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Rejeitar no todo ou em parte os serviços, objeto do contrato que não atenda aos requisitos constantes das especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou a terceiros.

7.2 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto da contratação.

7.3 Efetuar o pagamento à Contratada, desde que os serviços executados estejam de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

7.4 Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

## 8- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A empresa contratada fica obrigada a ATENDER às Unidades Escolares observando o horário de início e final das aulas, organizando então suas linhas, de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária, ou seja, deverão ser entregues à escola até o horário do início das aulas e recolhidos somente após o término das mesmas.

8.2 Ficamos estabelecidos um limite de 15 (quinze) minutos para o recolhimento dos alunos, que serão transportados aos seus respectivos domicílios ou paradas de ônibus, dentro das rotas estabelecidas neste edital.

8.3 Constituir-se-ão exceções, casos em que as atividades pedagógicas estendam-se após o horário costumeiro, que a empresa contratada deverá ser avisada com antecedência por escrito pela Secretaria Municipal de Educação.

8.4 Todas as despesas com manutenção de frota, funcionários, encargos e tributos a que vier incidir serão de total responsabilidade da Contratada.

8.5 Em caso de quebra de veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, da ROTA.

8.6 A Contratada deverá orientar os condutores dos veículos, bem como demais funcionários da mesma, quanto à observação concernente ao trato dos alunos, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos.

8.7 Ficará a cargo da Contratada todas as despesas referentes aos ônibus (Do Trecho 1 ao 9), como manutenções preventivas, trocas de peças e combustível.

8.8 Para os Trechos 8, 9 e 10, a Contratada fica obrigada a realizar o percurso pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116), caso haja a isenção do pagamento do pedágio.

8.9 A Contratada não poderá transportar alunos, fora do horário das aulas, para qualquer outra atividade, sem autorização da Secretaria Municipal de Educação, por escrito, que se manifestará no caso de Projetos e Programas onde houver atividades em contra turno. Não poderá ocorrer o transporte de familiares de alunos, salvo nos casos autorizados por escrito pela Secretaria.

8.10 A Contratada fica obrigada a fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.

8.11 A Contratada fica obrigada a Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços, desde que devidamente justificado.

8.12 A contratada aceitará supressão do objeto além do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, na forma do §2º, II do citado artigo, o que acarretará em resilição parcial ou total do objeto, na forma do art. 78, XIII, conforme autoriza o art. 58, I, ambos da Lei 8.666/93, caso o Município opte por adquirir frota própria ao longo da execução do contrato.

## 9- RECURSOS HUMANOS

9.1 Os condutores dos ônibus (Do Trecho 1 ao 9) deverão ser contratados da (s) empresa (s) fornecedora (s) do referido serviço, bem como os demais funcionários atuantes nos trechos.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.2 Os condutores dos veículos deverão ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos e possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" há, pelo menos, um ano.

9.3 Será necessário para os condutores dos veículos o Curso de Motorista de Transporte Escolar (Resolução Contran N° 168/2004), assim como estar em dia com o exame toxicológico.

9.4 Os condutores deverão apresentar cópias dos documentos referidos nos itens 9.2 e 9.3.

## 10- FISCALIZAÇÃO

10.1 Será constituída pela Contratante, Comissão de Fiscalização que verificará o cumprimento do contrato.

10.2 Essa comissão será composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação, que antes da data de início de execução dos Serviços, efetuará vistoria inicial nas dependências da Contratada, ou em local designado para este fim, objetivando conceder a Ordem de Início dos Serviços, em conformidade com o Edital de Licitação e com a Minuta de Contrato.

10.3 Na vistoria inicial será feita inspeção total dos equipamentos quanto à caracterização, estado geral, componentes de segurança e documentação.

## 11- PAGAMENTO

11.1 Os valores devidos a Contratada deverão ser pagos mediante a emissão da nota fiscal, atestada pela comissão de fiscalização do contrato, mensalmente, no mês subsequente àquele em que for prestado o serviço.

11.2 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de exigir da CONTRATADA, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, e com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

## 12- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Na hipótese de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993:

12.1.1 Advertência;

12.1.2 Multa

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual.

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial ou total do objeto contratado.

12.2 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

## 13- DA VIGÊNCIA

13.1 A entrega dos serviços contratados deverá ser executada dentro do período de vigência do contrato.

## 14- CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

14.1 Os serviços serão prestados nos dias letivos previstos no calendário escolar, homologado pela Secretaria Municipal de Educação. A interrupção dos serviços dar-se-á nas férias e recessos escolares.

14.2 Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos.

14.3 O motorista também será identificado com crachá, devidamente uniformizados e com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.

14.4 O motorista deverá zelar para que os alunos permaneçam sentados, priorizando a capacidade do veículo e usem corretamente o cinto de segurança.

14.5 O motorista deverá zelar para que os alunos embarquem e desembarquem do veículo nos locais indicados no contrato, zelando pela segurança dos mesmos.

14.6 O motorista deverá manter a porta do veículo fechada, durante todo o percurso.

14.7 O motorista e o monitor deverão comunicar à Unidade Escolar e SMEE, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução dos serviços.

14.8 A documentação relativa ao veículo e ao motorista deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.



14.9 A licitante vencedora apresentará no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço Relatório detalhado dos serviços prestados, contendo: datas, períodos, quilômetros rodados, e demais informações que se fizerem necessárias.

#### 15- VISITA TÉCNICA

15.1 Serão realizadas visitas técnicas nos locais onde serão executados os serviços, por representante da empresa licitante, na data constante nas observações do edital, com encontro na Secretaria de Educação. Será nomeado um servidor que acompanhará os licitantes durante a visita e, ao final, será expedido o atestado de participação da visita técnica, sendo uma via entregue ao Pregoeiro (a) e outra à Empresa.

15.2 O representante da empresa referido acima, deverá comparecer munido de documento de identificação e de declaração da empresa indicando-o e/ou autorizando-o para realizar a visita.

15.3 Caso a visita seja realizada por sócio/proprietário da empresa, esta condição deverá ser comprovada através de cópia autenticada do contrato social.

15.4 A ausência do atestado de visita técnica, ou o não recebimento do mesmo pelo Pregoeiro (a), ocasionará a desclassificação da licitante no momento da abertura do certame no site.

#### 16- RESERVA ORÇAMENTARIA E DA FONTE DE RECURSOS

16.1 As reservas orçamentarias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.2 Os recursos orçamentários para atender a despesa a ser contratada estão assegurados no orçamento vigente do ano em que o serviço for disponibilizado, de acordo com os meses correspondentes ao serviço prestado, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Nº da Solicitação de Compra	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Origem de Recursos	Cód. Reduzido
	12.01.12.361.0029.2036	3.3.90.39.00.00.00.00	Recursos de Impostos	697
	12.01.12.361.0029.2036	3.3.90.39.00.00.00.00	Salário Educação	698
	12.01.12.364.0029.2037	3.3.90.39.00.00.00.00	Recursos de Impostos	709

#### 17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei 8.666/93.

**Ao Gabinete do Secretário solicitando autorização.**

**GLENIO DO NASCIMENTO**

Superintendente de Administração Educacional  
Secretaria Municipal de Educação

**Gabinete do Secretário, em 13/02/2023.**

- 1 Ciente.
- 2 Aprovo o presente Termo de Referência na forma apresentado.
- 3 À Comissão Permanente de Licitação.

**MARIANO CARVALHO ALMEIDA**

Secretário Municipal de Educação



## ANEXO 7

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Mariano Carvalho Almeida, Secretário Municipal de Educação e Esporte, matrícula 14.562, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, situada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada, nesta ato, por \_\_\_\_\_ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato



para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO**, de acordo com o processo administrativo nº **8567/2021** e o Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ONDE O CONTRATADO SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DESPESA COM COMBUSTÍVEIS E PAGAMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, QUE ATUALMENTE FAZEM PARTE DO PROJETO PROFISSIONAIS DO FUTURO**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	-----------	------	--------------------	-----------------

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses a contar de sua assinatura.

“**Parágrafo único.** Em caso de renovação fundada no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, caberá justificativa expressa no processo administrativo que demonstre a vantajosidade e o interesse público.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**, além das previstas no **Termo de Referência**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das previstas no **Termo de Referência**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;



- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmos e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
- XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a prestação de serviços;
- XX. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
- a) má qualidade dos serviços prestados;
  - b) violação do direito de propriedade industrial;
  - c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
  - d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
  - e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.



#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL**

O valor total previsto para este contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro.** Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

**Parágrafo segundo.** Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice \_\_\_\_\_ (índice de reajuste), na forma do art.3º da Lei Federal nº10.192/2001.

**Parágrafo terceiro.** A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS:**

**PROGRAMA DE TRABALHO:**

**ELEMENTO DE DESPESA:**

**Parágrafo único.** As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO**

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo único.** A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.





**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

**Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo sexto.** A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

**Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

**Parágrafo oitavo.** O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

- I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;
- II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE**

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de referência e no termo de dispensa/inexigibilidade de licitação.

**Parágrafo segundo.** Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

**Parágrafo quarto.** O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.



**Parágrafo quinto.** Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo sexto.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo \_\_\_\_\_ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo oitavo.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V.

**Parágrafo Primeiro** - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Segundo** - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.



**Parágrafo Terceiro** - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

**Parágrafo Quarto** - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

**Parágrafo Quinto** - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo Sétimo** - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Oitavo** - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo único.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**Parágrafo segundo.** A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS**

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO**

### **TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_  
**CPF:**

1 - \_\_\_\_\_  
**CPF:**

### **ANEXO VIII** **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**Processo nº: 8567/2021**

**Licitação nº: \_\_\_\_\_CPL/2023.**

Atesto que o Srº \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, representando a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada a \_\_\_\_\_ nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_/CPL/ /2022, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, tomou conhecimento e está ciente das condições e dos locais onde serão executados os serviços e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias a execução do objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

**Obs:** A Empresarial licitante poderá optar por Declaração formal em substituição ao Atestado de Visita Técnica de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços. (Súmula 01 do TCE-RJ).



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Paracambi \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

---

Assinatura e carimbo do responsável  
Secretário Municipal

---

Assinatura do Representante da Licitante